



UNIVERSIDADE DE CAMPINAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
GESTÃO ESTRATÉGICA EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Elevada taxa de homicídio de mulheres no Brasil: demanda de política pública afirmativa e desafio para o movimento de mulheres autônomo e reorganizado

Salvador
2016

Janier Rodrigues da Silva
Manoel Chagas dos Santos

Elevada taxa de homicídio de mulheres no Brasil: demanda de política pública afirmativa e desafio para o movimento de mulheres autônomo e reorganizado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas pela Universidade de Campinas.

Orientadora: Alina Lins

Salvador

2016

SUMÁRIO

1 - SITUAÇÃO-PROBLEMA	1/1
1.1 – Fluxograma	2/1
2 - NÓS EXPLICATIVOS	1/2
2.1 – Identificação dos Nós Estratégicos	7/2
3 - ÁRVORE DO PROBLEMA	1/3
3.1 - Nós Estratégicos; Ações para equacionar o problema e Resultados esperados...	2/3
4 - PLANO DE AÇÃO	1/4
NE 1 - Insuficiência de ações em defesa dos direitos das mulheres	1/4
NE 2 – Comprometimento da autonomia feminina	2/4
NE 3 – Sociedade desestimulada a denunciar casos de violência contra a mulher	3/4
5 - ANÁLISE DE ATORES	1/5
Ação 1.1 - Intensificar a participação de cada núcleo da MMM Brasil nas Conferências da Mulher nas três esferas governamentais	1/5
Ação 1.2 – Fortalecer as ações de formação política na perspectiva feminista popular dos núcleos da MMM Brasil	2/5
Ação 2.1 - Implementar ações em prol do reconhecimento dos trabalhos das mulher para o desenvolvimento social	3/5
Ação 2.2 – Articular a rede de geração de renda para o fortalecimento e valorização da força de trabalho da mulher	4/5
Ação 3.1 - Elaborar campanha de enfrentamento de violência contra a mulher via redes sociais	5/5
Ação 3.2 - Oferecer palestras informativas dos direitos da mulher e formas de buscá-los	6/5
6 - ANÁLISE DE RISCOS E FRAGILIDADES	1/6
7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	1/7
8 – REFERÊNCIAS	1/8

1 - SITUAÇÃO-PROBLEMA

Janier Rodrigues da Silva e Manoel Chagas dos Santos formam a dupla para elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Estratégica em Políticas Públicas. A situação-problema escolhida trata dos homicídios de mulheres no Brasil.

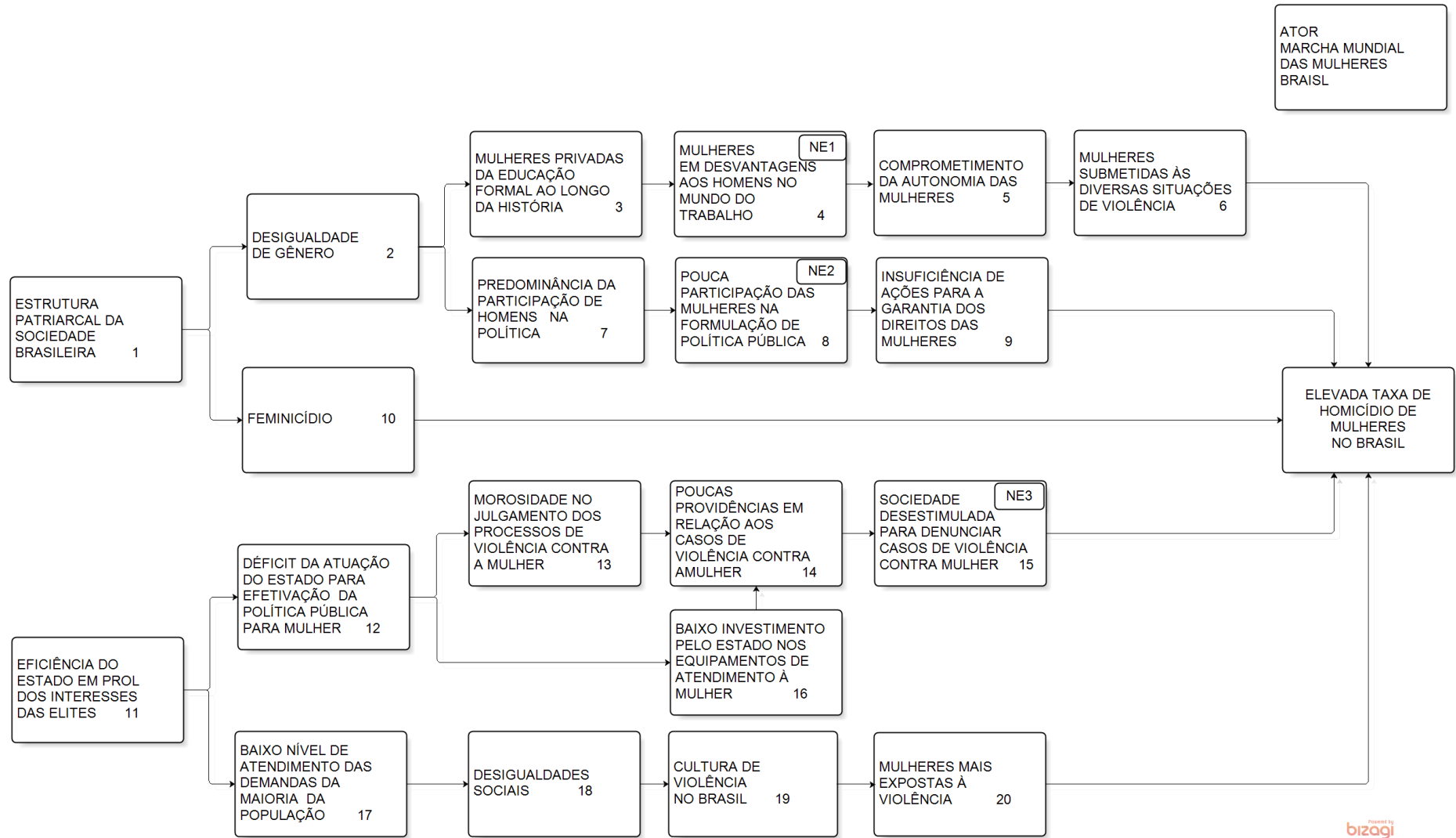
Segundo o último Mapa da Violência brasileiro (2015, p.11), o país registrou a maior taxa de assassinatos de mulheres dos últimos 30 anos. Apesar da queda no número das mortes de mulheres em 2007, ano posterior à criação da *Lei Maria da Penha* - 11.340/06, a partir de 2008 o índice voltou a crescer no Brasil. Destacamos os dados que apontaram o crescimento em 54,2% nas mortes das mulheres negras entre os anos de 2003 a 2013.

A questão foi definida para o trabalho mediante a complexidade de se ter, em pleno Século XXI, após avanços consideráveis em prol da equidade de gênero, um quadro de retrocesso na garantia dos direitos específicos das mulheres. Vale ressaltar que, com a continuidade das mortes violentas das mulheres a sociedade brasileira sofrerá diversas consequências, tendo em vista que os danos causados pelas perdas de tais vidas vão além do luto familiar. Primeiramente, o país apresentará uma imagem internacional negativa. Pois, por ser uma questão relacionada à Saúde e Sobrevivência da mulher, pode prejudicar o país na sua colocação mundial no *ranking* de igualdade de gênero, conforme considerações do Fórum Econômico Mundial que avalia a situação das mulheres na sociedade por múltiplas categorias. Ainda, o problema se configura em prejuízos econômicos provenientes das perdas da força de trabalho feminina e a manutenção social de seus possíveis dependentes órfãos, entre outras responsabilidades, que o Estado assume com as questões relativas à vulnerabilidade social de seu povo. Consideramos o *fato social* das mortes violentas das mulheres como algo constituído e mantido sobre os pilares da injustiça, desigualdade social e preconceito.

Diante disso, o movimento social MMM Brasil - Marcha Mundial das Mulheres Brasil se tornaria o ator declarante de tal problema a fim encontrar caminhos para seu equacionamento.

Desse modo, o desafio para uma gestão política de esquerda diante da problemática aqui abordada está em atuar sobre o problema sem se distanciar dos princípios de uma esquerda socialista de massa. Como refere Valter Pomar (2013, p.3), o desafio da esquerda é ter a “*capacidade de vincular três movimentos: “as tradições populares contra o desenvolvimentismo conservador, a luta das classes trabalhadoras por políticas públicas que melhorem a vida do povo aqui e agora, e a luta socialista contra o capitalismo”*”.

1.1 - Fluxograma



2 - NÓS EXPLICATIVOS

Na sociedade brasileira se estabeleceu uma cultura machista configurada na sobreposição do gênero masculino ao feminino que desencadeia sérios problemas para a nação, como é o caso da violência contra as mulheres. Algo que repercute em prejuízos tanto para o desenvolvimento humano quanto o social.

Para Joan Scott (1988), o gênero seria um campo primário no qual ou através do qual o poder é articulado, não restrito a um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos. Por sua vez, Saffioti (2001) diz que a violência de gênero é proveniente de um exercício da função patriarcal do homem que, diante da necessidade de garantir a obediência da sua vítima potencial, tenderia a fazer uso da violência. Conforme a autora, numa sociedade patriarcal a violência passa a ser aceita e banalizada.

Diante disso, consideramos a problemática da elevada taxa de homicídio de mulheres no Brasil – a mais alta das últimas três décadas, como algo diretamente relacionado às questões de poder estabelecidas entre os gêneros. Os dados revelados pelo Mapa da Violência (BRASIL, 2015) demandam ações urgentes em prol da garantia dos direitos das mulheres.

Vale salientar que, diante de um modelo de Estado patriarcal, as práticas machistas se perpetuam, também, através dos processos educacionais que perpassam por todas as áreas de interação social, seja no âmbito público ou privado, nos seus aspectos informais ou formais. Pois,

... existe entre educação e cultura, uma relação íntima, orgânica. Quer se tome a palavra “educação” no sentido mais amplo, de formação e socialização do indivíduo, quer se a restrinja unicamente no domínio escolar, é necessário reconhecer que, se toda educação é sempre educação de alguém por alguém, ela supõe sempre também, necessariamente, a comunicação, a transmissão, a aquisição de alguma coisa: conhecimentos, competências, crenças, hábitos, valores, que constituem o que se chama precisamente de “conteúdo” da educação. (FORQUIN, J. Claude. 1993. p.10)

Portanto, nos espaços educacionais formais, através dos currículos explícitos e ocultos, propagam-se, entre outros “ensinamentos”, o de que a postura submissa da mulher é uma questão de respeito. Também, não é a toa que a mulher tenha sido privada do direito à educação ao longo da história, uma vez que a construção de conhecimentos e o acesso à educação prolongada contribuírem para a autonomia dos sujeitos. Dessa maneira, o campo educacional teria responsabilidades sobre a forma como se dão as questões de gênero na sociedade.

Estudo recente, que buscou analisar as concepções dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental sobre a problemática da violência doméstica contra a mulher, revelou o que profissionais da educação compreendem esse fenômeno social como resultado do construto histórico e cultural, perpetuado nas bases machistas, em desfavor da mulher. Quanto ao papel da escola no enfrentamento da problemática apresentada, os professores refletem que

...enquanto instrumento de formação, pode contribuir para a desconstrução de ideias que alimentam tais **práticas violentas contra a mulher** a partir da atuação em prol da igualdade de gênero e construção de valores que promovam a prática respeitosa entre as pessoas... (SILVA Janier R. e SOUSA Luis Carlos. UFPE, 2015)

No entanto, conforme Louis Althusser (1970), a Escola seria um dos Aparelhos Ideológicos do Estado – AIE. Para o filósofo, assim como no caso do poder repressivo do Estado, os aparelhos ideológicos do Estado possuem a função de assegurar a reprodução das relações de produção do Capital e dos interesses da classe dominante. Esta, o utiliza Estado para se manter no poder e o transfere para as mãos de seus descendentes como herança. Sendo assim, podemos considerar a formação dos sujeitos e suas concepções sobre gênero como uma das formas de manutenção dos padrões conservadores.

Com isso, ressaltam-se as desigualdades de gênero nas sociedades. Baudelot (2004) confirma em estudos que a qualificação e emprego para homens e mulheres caminharam em direção e ritmo diferentes até algumas décadas passadas. Portanto, as mulheres não são reconhecidas profissionalmente como iguais no processo de produção e os fatores de desequilíbrio entre os gêneros permanecem. Pois, mesmo qualificadas, estão em desvantagem aos homens no mundo do trabalho - local onde o sexismo se faz presente de diversas formas.

Podemos dizer que as características biológicas da mulher é um dos fatores que levaram à aceitação consensual de determinadas ideologias sobre a questão feminina. Como por exemplo, a de que seu lugar é o ambiente doméstico, além de que deve viver para o outro mediante sua função maternal. (Chauí, 1985. IN: SILVA Janier R. e SOUSA Luis Carlos. UFPE, 2015). Um exemplo disso está na maneira como é concebido o que seria uma profissão de homem e uma profissão de mulher. Sendo assim, é possível refletir sobre como se dão as escolhas das mulheres pelas profissões e quais profissões despertam o interesse dos homens. Há um elevado quantitativo de mulheres nas áreas da educação, por exemplo, por ser uma das funções associadas à questão do cuidado - algo convencionado socialmente como sendo de responsabilidade feminina. Assim, as mulheres acabam assumindo profissões que geralmente os homens não se identificam ou não querem.

De acordo com Soares (2006), no mundo do trabalho há discriminação e atitudes preconceituosas em relação à mulher, agravada no caso da pessoa ser negra. Estas, geralmente, assumem cargos ainda menos valorizados mesmo que possuam desejável qualificação profissional para a função. Essa injusta forma de remuneração entre homens e mulheres implica no comprometimento da autonomia feminina.

Entre outras coisas, cabe questionar as compreensões de como a gênero feminino tem participação na produção econômica e atuação cidadã. O comum é o não reconhecimento da contribuição dos trabalhos das mulheres para o desenvolvimento social e econômico mediante o fato de, ao longo da história, não estarem inseridas diretamente na “produção”. No entanto, é deixado de perceber que, ao criar alternativas para que seja garantido o suprimento básico da família; ao desenvolver habilidades de economia doméstica e direcionar sua força de trabalho para o ambiente domiciliar, a mulher atua em benefício da nação em que vive.

Podemos considerar outra forma de desequilíbrio entre os gêneros a pouca participação das mulheres na vida política. Cada vez mais, se faz necessária a organização das mulheres em prol de uma maior integração nesse campo, uma vez que em tal espaço predominam os homens oriundos das elites brancas conservadoras. Nessa correlação de forças políticas e sociais se revelam conflitos de origens sexistas estabelecido na luta de classe. Isso repercute de diversas maneiras na forma como entram na agenda política as demandas do gênero feminino. Haja vista, os interesses de cada grupo político são priorizados pelos seus representantes na gestão pública e, sem a participação efetiva das mulheres no mundo político há o comprometimento da visibilidade da mulher no contexto social.

Contudo, na última década, o poder público avançou na formulação de políticas públicas afirmativas para as mulheres no campo do Direito com a criação das leis 11.340/2006 e 13.104/2015 respectivamente, a *Lei Maria da Penha* e do *Feminicídio* que caracterizam crimes praticados especificamente contra as mulheres. De acordo com a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006), além da *violência física*, são tipificadas como violência contra a mulher a *patrimonial, psicológica, moral e sexual*.

Apesar dos resultados positivos na execução da Política Pública para Mulheres, ainda, é insuficiente o número de ações em defesa dos seus direitos, conforme revelam os levantamentos oficiais do país. Até a chegada ao ponto mais trágico da violência, como é o caso do assassinato, as demandas femininas são plurais.

No Caderno nº 52 da série *Pensando o Direito* (IPEA 2015), ao abordar a temática da violência contra a mulher e as práticas institucionais,

a violência apresenta caráter multidisciplinar por seu caráter político, econômico, cultural, social, psicológico e jurídico. O diálogo entre essas matérias deverá desvendar os mecanismos de poder que fundamentam a violência e o controle social sobre a mulher, como também os aspectos ideológicos que restringem a autonomia da mulher ao lhe impor limites à liberdade. (IPEA 2015, p.22)

Em uma de suas abordagens do problema aqui discutido, Nalu Faria – Coordenadora da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (2016), contextualiza as consequências sociais da violência praticada contra a mulher. Ela aponta os prejuízos para a Saúde Pública ao citar o elevado nível de despesas para o país com os atendimentos das mulheres em situação de violência. Haja vista, os maus tratos à mulher desencadeiam sintomas múltiplos que se revelam nas queixas constantes de dores físicas e emocionais. Ainda, as mulheres necessitam das unidades de saúde quando apelam para práticas desesperadas por conta de seus sofrimentos, como as tentativas de suicídio e de abortos inseguros ou pela recorrência ao uso abusivo de substâncias psicoativas.

Em se tratando de prejuízos sociais, vale ressaltar outra questão que é a sobrecarga de processos no Poder Judiciário que não atua em condições de atender, em tempo hábil, às solicitações das Medidas Protetivas de Urgência para mulher em situação de risco de morte, conforme determina a legislação específica. Mesmo quando deferidas, parte das MPU deixa de ser executada, assim como não são efetivadas algumas das prisões dos agressores.

Tal quadro infere à sensação de impunidade por parte da sociedade e favorece à reincidência da violência, o que coloca a mulher em iminência de morte. Além disso, há um viés de exclusão social por conta da aplicabilidade da Lei não ser tão efetiva quando os réus fazem parte da sociedade detentora do poder econômico e político. Desse modo, as injustiças sociais vão além da discrepante distribuição das riquezas da nação.

Quanto às poucas providências tomadas pelo Estado nos casos de violência contra a mulher, recai na questão de sua “ineficiência”, ou seja, nos vícios de uma funcionalidade pública eficiente em favor dos interesses privados. Há um déficit de investimentos, por parte do Estado, na implementação e manutenção dos equipamentos de prevenção da violência de gênero contra a mulher e de proteção àquelas que já se encontra em risco iminente de morte, como é o caso das Delegacias Especializadas, Centros de Referências de Atendimento à Mulher e, até mesmo, na criação e manutenção de Casas Abrigo. Isso implica na pouca

infraestrutura dos equipamentos de atendimento das minorias ao despreparo dos servidores públicos.

No caso da atuação dos técnicos responsáveis pelos processos normativos, é sabido que as mulheres ao buscarem seus direitos se deparam com situações de constrangimentos e passam a sofrer violência institucional. Mesmo nas delegacias especializadas de atendimento à mulher e no setor judiciário é possível encontrar profissionais orientados por convicções machistas oriundas dos processos de formação pessoal pelos quais passaram. Da mesma forma, profissionais da área de saúde cometem atos de preconceito contra a mulher como nos casos de violência sexual, ao ponto de tratarem as vítimas como corresponsáveis pela agressão sofrida. Sendo assim, muitas se desestimulam a buscar ajuda e realizar denúncias.

Observa-se que há algum tipo de desestímulo às denúncias por parte da sociedade, apesar das grandes campanhas de enfrentamento do problema na segunda metade da década de 2000 que deixou o povo mais informado sobre a questão e incentivado a reagir. Seja não reproduzindo a violência ou não se calando perante os casos. Diante das dificuldades para efetivação das políticas públicas para as mulheres, é possível inferir que a população recuou por conceber que as soluções atendem parcialmente às reais necessidades.

Também, além da constatação de que houve a diminuição das ações de enfrentamento da violência contra a mulher, que atingiam não apenas a população feminina, falta maiores investimentos para o fortalecimento da mulher nos aspectos de formação e profissionalização.

Para Marilena Chauí (1985) a violência praticada contra a mulher se estabelece numa relação de poder e é mantida através do mando e da sujeição – processo de interiorização da parte que é dominada pelas vontades e atitudes de quem domina. Ou seja, mulheres foram constituídas heteronomamente como sujeitos – submetidas e não autônomas.

Com pouca informação sobre seus direitos ou onde encontrar atendimento, somadas às dificuldades de inclusão produtiva, o fortalecimento feminino fica comprometido. Quando empoderadas as mulheres pouco se submetem às situações de violência, tornam-se mais capazes de enfrentar o problema e sair dele. Pois, na condição de alienada e dependente economicamente a mulher fica mais vulnerável e sujeita aos seus agressores.

No entanto, salienta-se que o número de mortes das mulheres no Brasil tem crescido por outros fatores que estão relacionados à cultura de violência vivenciada pelo país.

De acordo com o Atlas da Violência (2016, p.39) a situação da violência no Brasil é gravíssima, pois é notado que mais de 10% dos homicídios do mundo acontecem em solo brasileiro. Portanto,

...os homicídios de mulheres decorrem não apenas de crimes relacionados à questão de gênero ..., mas também de crimes associados à violência geral na sociedade que acomete homens e mulheres (e que não se confundem com feminicídios). (ATLAS DA VIOLÊNCIA 2016, p.40)

Diante disso e de outras necessidades femininas, o movimento autônomo de mulheres se reorganiza para repensar a participação das mulheres na sociedade, a exemplo da Marcha Mundial das Mulheres, movimento internacional surgido no ano 2000. Em entrevista, a coordenadora da MMM Brasil, explica que esse é um movimento bastante horizontal. Ressalta que os comitês estaduais são mais marcados pela presença das mulheres urbanas e que em muitos estados a participação é bem diversificada com a presença da juventude, de mulheres da economia solidária e de movimento sindical. Noutros estados tem a força da dinâmica rural. Já com as mulheres indígenas o diálogo e participação se dão em alguns estados. Ou seja, a Marcha é um espaço de militância e muitas das mulheres sequer participam de algum movimento ou sindicato. (TORNQUIST e FLEISCHER, 2012)

Sendo assim, o movimento de mulheres – com um setor feminista, busca superar *a ideia de representatividade de entidades e instituições*, numa perspectiva de reorganização. Nalu Faria (2012), considera que *é a partir do processo de participação, de formação e de radicalização que o conjunto das mulheres vai incorporando de forma mais consciente e explícita o feminismo*.

A Marcha Mundial das Mulheres foi escolhida como o “ator social” para declarar o problema por considerar relevante a *incorporação da dimensão de classe, - de pensar como fazer essa integração que altera tanto a dinâmica como a plataforma e as relações*. Assim, desconstruir ideias como a de que é apenas pela tomada do Poder Público que se faz a transformação social.

De acordo com o lema “*Seguiremos em marcha a te que todas sejamos livres*”, libertar a mulher da situação de violência está implícito aos objetivos da Marcha.

2.1. Identificação dos Nós Estratégicos

Como Nós Estratégicos para o equacionamento do problema foram escolhidos os seguinte: NE 4 – *Pouca participação das mulheres na formulação de Políticas Públicas*; NE 9 – *Mulheres em desvantagens aos homens no mundo do trabalho* e NE 15 - *Sociedade desestimulada para denunciar casos de violência contra a mulher*.

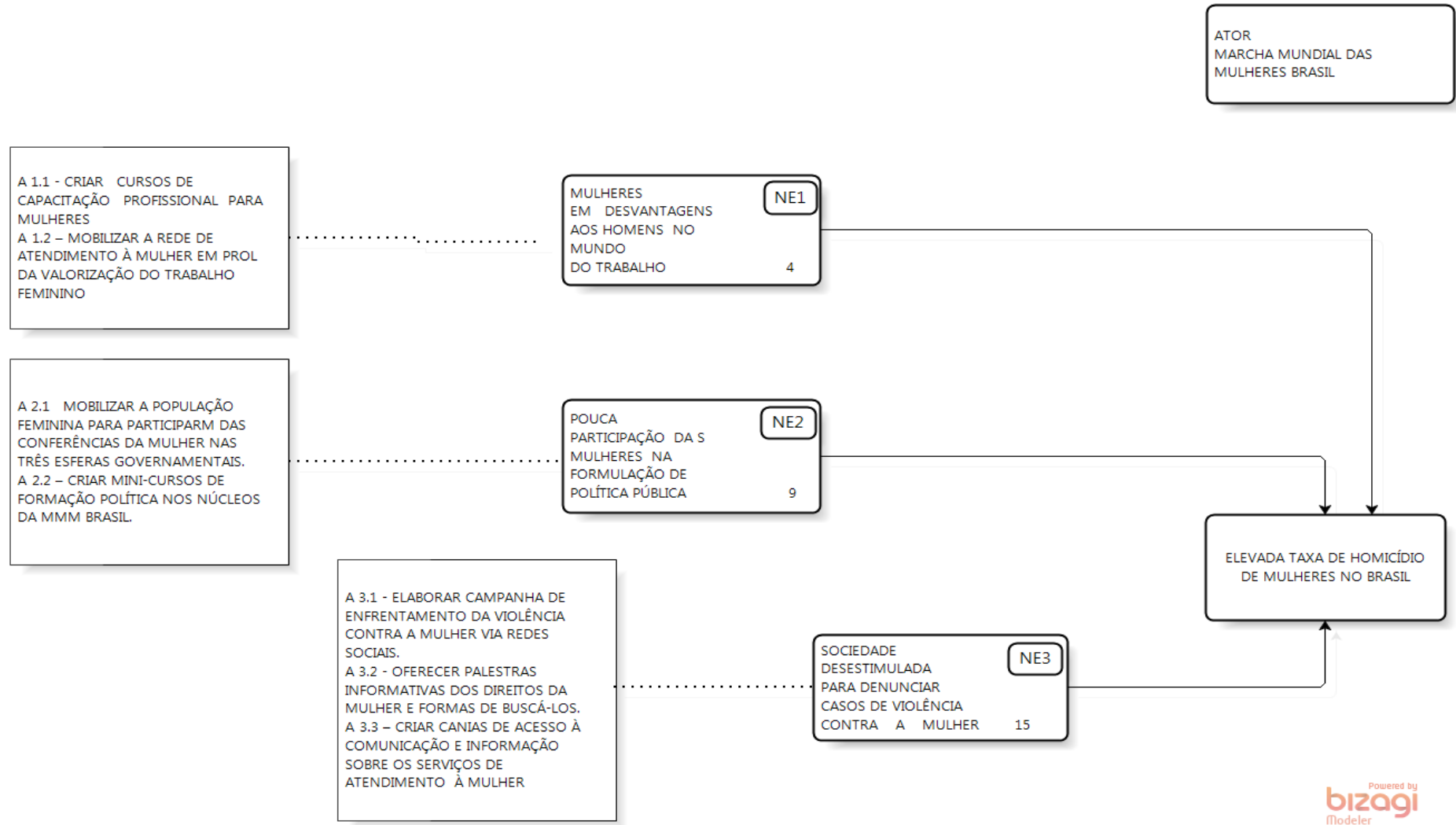
Levamos em consideração para a escolha de cada Nó Estratégico a possibilidade de ser “desatado”, assim como avaliarmos o quanto seu equacionamento teria de impacto para resolução do problema. Também, identificamos que a Marcha Mundial das Mulheres Brasil tem poder atuação sobre os mesmos sem desgastar politicamente durante o planejamento e execução das atividades propostas.

Em se tratando da pouca participação das mulheres na formulação de Políticas Públicas, a MMM Brasil dará continuidade, de forma mais efetiva, às ações de incentivo para a participação das mulheres nas Conferências da Mulher e ofertará mais cursos de formação política a fim de, entre outras coisas, despertar o gosto pela política ao ponto de favorecer o ingresso das mulheres no mundo político. Também, ter mais possibilidade de acompanhar com mais propriedade, junto aos poder público, o processo de atendimento das demandas das mulheres. Desse modo, garantir que seus direitos tenham lugar nas agendas políticas.

Quanto ao fato da população feminina se encontrar em desvantagem aos homens no mundo do trabalho e comprometer a autonomia feminina, o ator declarante do problema se debruçará para que mais mulheres sejam qualificadas profissionalmente a fim de possibilitar maiores condições de inclusão produtiva e requerer melhor remuneração de seus trabalhos. Ainda, buscar o reconhecimento do quanto o desempenho dos trabalhos informais e domésticos feitos pelas mulheres sempre contribuíram para que a nação crescesse nas múltiplas dimensões sociais. Assim, fortalecida, a mulher poderá enfrentar a violência.

Por fim, ao entender que o silêncio diante dos casos de violência contra a mulher sempre foi nocivo e favoreceu para que se mantivessem encobertos tais conflitos na sociedade, o movimento social reorganizado prioriza as atividades pra que não aconteça um retrocesso nesse sentido. Pois, os passos dados para a desconstrução da ideia de que a mulher é um ser submisso e não autônomo acontece de longa caminhada. Sendo assim, quanto mais pessoas tiverem acesso à informação e quanto mais mulheres forem fortalecidas e empoderadas para o enfrentamento do problema, mais seguiremos para alcanças a igualdade de gênero.

3 - ÁRVORE DO PROBLEMA



3.1 - Nós Estratégicos; Ações para equacionar o problema e Resultados esperados

Nó Estratégico	Ações	Resultado das ações
<p>NE 1. Mulheres em desvantagens aos homens no mundo do trabalho</p>	<p>A 1.1 – Criar cursos de capacitação profissional para mulheres A 1.2 – Mobilizar a rede de atendimento à mulher em prol da valorização do trabalho feminino.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as condições profissionais das mulheres; - Favorecer o acesso das mulheres ao emprego e geração de renda; - Fortalecer a autonomia econômica / financeira da mulher. - Valorizar a atuação profissional da mulher nas diversas atividades de trabalho;
<p>NE 2. Pouca participação das mulheres na formulação de política pública</p>	<p>A 2.1 – Mobilizar a população feminina para participar das Conferências da Mulher nas três esferas governamentais. A 2.2 – Criar mini-cursos de formação política nos núcleos da MMM Brasil.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir a inclusão das demandas específicas das mulheres na agenda política; - Construir conhecimento político; - Despertar nas mulheres o gosto pela política; - Elevar a participação das mulheres na política.
<p>NE 3. Sociedade desestimulada para denunciar casos de violência contra a mulher</p>	<p>A 3.1 - Elaborar campanha de enfrentamento de violência contra a mulher via redes sociais. A 3.2 - Oferecer palestras informativas dos direitos da mulher e formas de buscá-los. A 3.3 – Criar canais de acesso à comunicação e informação sobre os serviços de atendimento à mulher.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Elevar o número de denúncias dos casos de violência contra a mulher; - Fortalecer as mulheres para o enfrentamento da violência. - Construir conhecimentos sobre direitos das mulheres. - Informar a população brasileira sobre os serviços de atendimento à mulher.

4 - PLANO DE AÇÃO

NE 1 - Mulheres em desvantagens aos homens no mundo do trabalho

Ação	Tarefas	Recursos necessários	Prazos	Responsável
A 1.1 – Criar cursos de capacitação profissional para mulheres.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir áreas profissionais para as capacitações. - Elaborar projeto - Buscar parcerias institucionais. - Montar as turmas de mulheres 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema computacional - Telefonia fixa e móvel - Local para formação - Equipe formadora 	12 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de núcleo da MMM Brasil - Militantes
A 1.2 – Mobilizar a rede de atendimento à mulher em prol da valorização do trabalho feminino.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir estratégia de comunicação - Contatar movimentos sociais do Campo e Urbano. - Contatar o poder público - Contatar organizações não governamentais 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema computacional - Telefonia fixa e móvel - Equipe de comunicação - Locais para realização das reuniões 	6 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de núcleo da MMM Brasil - Coordenação de núcleo de comunicação da MMM Brasil.

NE 2 – Pouca participação das mulheres na formulação de política pública

Ação	Tarefas	Recursos necessários	Prazos	Responsável
A 2.1 – Mobilizar a população feminina para participar das Conferências da Mulher nas três esferas governamentais.	<ul style="list-style-type: none"> - Publicar, via redes sociais, agenda das Conferências das Mulheres. - Articular segmentos de mulheres dos demais movimentos sociais. - Criar fóruns de discussão virtual e presencial para sistematizar as principais demandas das mulheres. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema computacional - Telefonia móvel e fixa. - Equipe de militância 	12 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação do núcleo de comunicação da MMM Brasil - Militantes - Liderança comunitária
A 2.2 – Criar mini-cursos de formação política nos núcleos da MMM Brasil.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir currículo dos mini-cursos. - Estabelecer metodologia - Identificar militantes aptas para ministrar os cursos. - Divulgar os cursos. - Inscrever participantes. - Articular locais para realização das atividades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema computacional - Material didático - Local para realização dos cursos - Equipe formadoras 	06 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de núcleo da MMM Brasil - Militantes - Liderança comunitária

NE 3 – Sociedade desestimulada para denunciar casos de violência contra a mulher

Ação	Tarefas	Recursos necessários	Prazos (meses)	Responsável
A 3.1 - Elaborar campanha de enfrentamento de violência contra a mulher via redes sociais.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir a abordagem mais efetiva para a campanha. - Desenvolver material de campanha. - Acompanhar repercussão e resultados da campanha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema computacional - Internet - Equipe de comunicação 	6 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de núcleos da MMM Brasil - Coordenação de núcleo de comunicação da MMM Brasil - Designer gráfico.
A 3.2 - Oferecer palestras informativas dos direitos da mulher e formas de buscá-los.	<ul style="list-style-type: none"> - Definir o currículo das palestras. - Elaborar lista de serviços e equipamentos de atendimento à mulher. - Estabelecer ciclos de palestras. - Identificar palestrantes entre militantes da MMM. - Mapear localidades para atuar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Computador - Impressora - Papéis tipo ofício - Projetor - Local para evento - Palestrantes 	12 meses	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação de núcleo da MMM Brasil - Militantes - Liderança comunitária

ANÁLISE DE ATORES

Ação 1.1 - Criar cursos de capacitação profissional para mulheres

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenação da Marcha Mundial das Mulheres Brasil	- Capacidade para captar recursos - Mobilização social	- Pouco recurso financeiro - Déficit de pessoal	- Fechar parcerias - Unir equipes	Desrespeitar a construção participativa	Atender demandas reais das mulheres
Poder econômico	- Meios de produção - Influência política	Conflitos de interesses	Valorizar o trabalho das mulheres	Discriminar o gênero feminino	Cobrar responsabilidade social
Organizações Não Governamentais	- Espaços físicos - Equipe técnica qualificada	Pluralidade de interesses	Atender as minorias	Divergências de interesses	Formar núcleos de mulheres
Militância	- Práticas -Saberes	Dificuldades pedagógicas e didáticas	Multiplicar saberes	Descompromisso com a causa das mulheres	Sistematizar conhecimento
Instituições de controle social e sindical	Infraestruturas	Incompatibilidade de agendas	Disponibilizar recursos	Limitar recursos	Fortalecer o segmento de mulher institucional
Multiplicadoras de saberes	Saberes formais e informais	Habilidades didáticas	Oferecer oficinas de geração de renda e qualificação profissional	Desconhecimento das especificidades de cada região	Identificar atividades que ofereçam possibilidades de ganhos a curto prazo

Ação 1.2 – Mobilizar a rede de atendimento à mulher em prol da valorização do trabalho feminino.

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
- Coordenação da MMM Brasil	- Capacidade articulativa; - Mobilização social.	Depender da disponibilidade dos locais para definir agenda de trabalho.	Dedicarem-se à busca de diversas parcerias no âmbito interno e externo ao movimento social	Deixar de pontuar priorizar as demandas provenientes do planejamento das ações.	Ressaltar a relevância dos propósitos da luta pelas causas das mulheres.
Organizações do terceiro setor	-Infraestrutura -Recursos	Influência dos investidores	Captar recursos entre os parceiros	Divergência de interesses políticos	Capacitação e geração de renda
Militância	Iniciativa política	Participação pouco protagonista	Construir identidade coletiva	Descuidar-se dos objetivos das bandeiras de luta	Formação política e intelectual
Poder Público	Estado	Influência do poder econômico	Formular política pública de inclusão social para a mulher	Desconsiderar	Incluir na agenda política as demandas de trabalho da mulher
Sociedade	Participação cidadã	Formação machista	Construir valores sobre a mulher	Influência conservadora	Desconstruir preconceitos sobre o trabalho feminino

Ação 2.1 - Mobilizar a população feminina para participar das Conferências da Mulher nas três esferas governamentais.

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Sociedade civil organizada	Força de participação social	Orçamento para garantia de participação nas Conferências de Mulheres	Priorizar os interesses da classe trabalhadora feminina	Deixar de seguir os princípios da equidade de gênero	Ajustar os discursos em relação aos direitos das mulheres
Representantes governamentais	Força de participação social nas Conferências de Mulheres	Seguir orientações dos grupos que assumem a gestão pública	Priorizar os interesses da classe trabalhadora feminina	Servir aos interesses dos grupos políticos das elites no poder público	Sensibilizar para a relevância da igualdade de gênero
Gestores públicos	Poder político Gestão de pessoas	Influência do poder econômico	Atender às deliberações	Dificultar o acesso ao controle social	Cobrar cumprimento das deliberações das convenções
Coordenação de núcleo da MMM Brasil	Articulação política	- Poucos recursos financeiros.	- Identificação das demandas regionais das mulheres.	Dispersar na bandeiras de luta.	Focar nas concepções de reorganização do movimento feminista no Brasil. Articular os discursos para que as demandas comuns sejam prioritárias.

Ação 2.2 – Criar mini-cursos de formação política nos núcleos da MMM Brasil.

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenações dos núcleos da MMM Brasil	Articulação política	Conhecer as especificidades de cada movimento	Estreitar os diálogos com os movimentos rurais e urbanos	Conflito com os movimentos	Prezar pelos propósitos da luta pelas causas das mulheres.
Sociedade civil organizada	Currículo (experencial e conceitual)	Divergência de interesses	Socializar experiências	Pouca identificação com a causa das mulheres	Concepções políticas de esquerda socialista de massa
Liderança comunitária	Conhecimento do contexto social	Formação política superficial	- Dialogar com os objetivos da Marcha	- Incompatibilidade política	Coerência formativa
Militância com capacidade técnica formadora	Domínio do conhecimento sobre o histórico feminista e concepções políticas de esquerda	Conciliação entre as demandas da MMM e demais responsabilidades pessoais e sociais.	Preparar a ementa com objetividades e realizar os encontros com responsabilidade e de forma dinâmica.	Causar pouco impacto nas formandas e deixar de atender às expectativas do grupo.	Prezar pelo bom nível de qualidade dos encontros e fazer análise de conjuntura.
Bancada política conservadora	Máquina pública	Perda de eleitoras	Quebrar paradigma	Conservadorismo político	Dialogar com a realidade política

Ação 3.1 - Elaborar campanha de enfrentamento de violência contra a mulher via redes sociais.

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Coordenação de núcleos da MMM Brasil	- Habilidades políticas - Informação	- Envolvimento em diversas atividades - Poucos recursos	Planejamento viável	Deixar de acompanhar a evolução da campanha	Atingir maior número de pessoas
Coordenação de núcleo de comunicação da MMM Brasil	- Mídias sociais - Conhecimento tecnológico	Pouco recurso financeiro e de pessoal	Focar nos índices oficiais e nas consequências do problema	Apenas polemizar	Discutir o problema de forma a superá-lo
Sociedade	- Uso das tecnologias para informação	- Preconceito contra a mulher	Replicar a campanha	- Retaliar a campanha - Ser levada pelo preconceito de gênero	Construir conhecimento sobre a violência contra a mulher

Ação 3.2 - Oferecer palestras informativas dos direitos da mulher e formas de buscá-los.

Atores	Recursos que controla	Limitações/ Vulnerabilidades	Como pode contribuir?	Como pode prejudicar?	Como atuar em relação a este Ator?
Liderança comunitária	- Relações interpessoais com moradores - Conhecimento do contexto social	- Baixa capacidade de articulação - Pouca força política.	Identificar demandas das mulheres.	Pactuar com os ideais machistas.	Intervir em prol da redução dos danos da violência contra a mulher.
Formadores	- Conhecimento técnico - Didática	Pouca disponibilidade para atuação	Sistematizar informações jurídicas, de maior impacto e relevância.	- Ter pouca expressividade e equívocos conceituais - Linguagem muito técnica	- Apropriar-se do contexto social - Conhecer a legislação específica para os direitos das mulheres
População	Poder de voto	- Pouca formação política	Participar direta ou indiretamente do processo formativo	Deixar de buscar seus direitos	- Buscar seus direitos - Empoderamento
Gestor público	- Recursos públicos - Gestão de pessoas	- Poucas verbas para efetivar a política pública para a mulher - Práticas assistencialistas	Incluir na agenda política as demandas das mulheres	Negligenciar o atendimento às mulheres	Acompanhar a gestão e cobrar a efetivação da política pública para a mulher

Análise de Riscos e Fragilidades

Perguntas orientadoras	Análise
1. As ações propostas para equacionar os Nós Estratégicos podem gerar efeitos indesejáveis (por ex.: efeitos sociais ou ambientais)?	Os efeitos indesejáveis que as ações podem gerar são no sentido de que as pessoas com concepções machistas venham retaliar as campanhas nas redes sociais e desencadear algum tipo de aversão ao teor dos materiais.
2. Existem aspectos técnicos, jurídicos ou políticos nas ações propostas que podem resultar em efeitos negativos? Quais?	Corre-se o risco de elevar as demandas nas Delegacias Especializadas da Mulher – DEMUL, assim como no Poder Judiciário, caso a sociedade passe a denunciar mais casos de violência contra a mulher. Isso poderá acarretar num esgotamento dos serviços que já se encontram pouco equipados para atender a realidade.
3. Qual o principal ponto fraco do projeto? E o que pode ser feito para prevenir ou corrigir?	O principal ponto fraco do projeto está na dificuldade de captação de recursos e de mobilização da grande massa para o enfrentamento da violência contra a mulher. Para prevenir em relação a tais pontos seria preciso intensificar as ações menos dispendiosas e unir forças com os seguimentos de mulheres dos demais movimentos sociais. Para corrigir essa falha se faz necessário repensar as ações para que se enquadrem nas possibilidades de captação mínima de recursos.
4. O que pode ser feito para garantir a implementação das ações propostas?	Estreitar a comunicação entre os Núcleos da MMM/Brasil e ter cautela na elaboração das ações de forma que sejam viáveis suas realizações com baixo custo (recursos oriundos da própria militância que já tem a prática de contribuir com o que podem, como, por exemplo, disponibilizar algum dinheiro, ofertar a própria força de trabalho, ceder espaços improvisados para realização de encontros, entre outros).
5. Os recursos disponíveis são suficientes para realizar o projeto?	Há uma limitação de recursos principalmente para aquelas ações que demandam infra-estruturas para realização de encontros com a população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Renato Dagnino (REBAP v.6, n.1, 2013), o Estado Herdado se constituiu historicamente, passou por um fortalecimento na época militarista autoritária e vem se mantendo em prol dos interesses da elite. Portanto, a transformação deste em Estado Necessário - que busque atender as demandas da maioria da população e seguir evoluindo nesse sentido - é um desafio que requer mudanças na forma de compreender os papéis dos gestores públicos, como estes se formam e utilizam ferramentas para a gestão pública.

Dentre os problemas existentes no Estado que herdamos, destacamos as dificuldades de execução efetiva da política pública para a mulher. Ressaltamos que a violência contra a mulher, assim como as demais formas de violência manifestadas contra determinados grupos da sociedade, está relacionada à questão das desigualdades sociais. Também, consideramos que o machismo é algo implícito ao capitalismo, à sua peculiar relação de poder estabelecida na luta de classes, da mesma forma que é a injusta distribuição das riquezas. Assim, a inclusão das demandas da população feminina na agenda política revela conflitos ocultos ao longo da história.

A problemática social da violência contra a mulher, em específico a elevada taxa de homicídio de mulheres, demanda ações no sentido de reduzir os danos sociais dessa prática e superar a condição social de desigualdade imposta à mulher. Portanto, o levantamento dos debates sobre violências praticadas contra a mulher pelo próprio movimento de mulheres reorganizado implica no definitivo rompimento com as ideias de que mulheres devem ser mantidas à parte – excluída da participação cidadã. Seja nos espaços decisórios ou não, a mulher tem lugar e precisa ocupá-lo. Na contemporaneidade, a mulher vai, insere-se, identifica-se, reclamar, fortalece-se e fortalece, atua e se exercita para a construção do “novo”.

Sendo assim, a articulação entre diversas áreas sociais para uma ação conjunta em prol do enfrentamento da problemática social aqui discutida se faz necessária. Ou seja, é preciso unir forças para lutar pela garantia dos direitos das mulheres, em específico, pelo Direito Fundamental à vida - pelo não assassinato das brasileiras. Isso revela o quanto os movimentos sociais, cada vez mais, precisam considerar os seguimentos de mulheres internos e externo a fim de se integrarem coerentemente e atuarem em prol da transformação social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado: Nota sobre os aparelhos ideológicos de estado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Ideologia e Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença 1970.

BAUDELLOT, Christian. *As qualificações aumentam, mas a desigualdade torna-se ainda maior*. Pro-Posições, v. 15, n. 2 (44) maio/ago, 2004

BRASIL. Lei nº 13.104 de 0 de março de 2015. *Lei do Femicídio*. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2015.

_____. Lei nº 11.340 de 07 de agosto de 2006. *Lei Maria da Penha*. Diário Oficial da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2006.

_____. *Presidência da República. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: secretaria de políticas para as Mulheres, Brasília, DF, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. 13ª Ed. São Paulo. Ática: 2004.

_____. *Participando do debate sobre mulher e violência*. In: CHAUÍ, M.; CARDOSO, R.; PAOLI, M. C. (Org.). *Perspectivas antropológicas da mulher: sobre mulher e violência*. (v. 4, p. 25-62) Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

DAGNINO, Renato.. *A capacitação de gestores públicos: uma aproximação ao problema sob a ótica da administração política*. REBAP - Revista Brasileira de Administração Política, vol. 6, número 1, 2013. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15577>. Acesso em 22/08/2016

FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam. *Feminismo em movimento: Temas e processos organizativos Da marcha mundial das mulheres no fórum social mundial*. IN: Estudos Feministas, Florianópolis, 11(2): 623-632, 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v11n2/19144.pdf>. Acesso em 10/05/2016.

FORQUIN, J. Claude. *Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar*. Trad. Guacira Lopes Louro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

IHU. Instituto Humanitas Unisinos. *10 anos de PT no governo e o desafio de uma esquerda socialista de massas. Entrevista especial com Valter Pomar*. 29/03/2013. Disponível em : <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/518837-10-anos-de-pt-no-governo-e-uma-esquerda-socialista-de-massas-entrevista-especial-com-valter-pomar>. Acesso em 25/05/2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Violência 2016*. Nota Técnica. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/storage/download//atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf. Acesso em 02/05/2016.

_____. *Violência contra a mulher e as práticas institucionais*. Série Pensando o Direito, nº 52. Disponível em: http://www.compromissoeatitude.org.br/wpcontent/uploads/2015/08/MJ_VCMearpraticasinstitucionais.pdf. Brasília, DF, 2015. Acesso em 25/05/2016.

MOURA, Maria da Conceição Dantas. *Marcha Mundial das Mulheres Brasil, a construção dialética da identidade política*.- 36º Encontro Anual da Anpocs. Águas de Lindóia / SP. 2012. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=8013&Itemid=76. Acesso em 02/02/2016.

R7 NOTÍCIAS. *Sem ministras, Brasil perde 22 posições em ranking de igualdade de gênero*. Disponível em <http://noticias.r7.com/brasil/sem-ministras-brasil-perde-22-posicoes-em-ranking-de-igualdade-de-genero-25052016>. em 25/05/2016.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. *Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero*. Campinas. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332001000100007&script=sci_arttext. Acesso em: 22 de janeiro de 2015.

_____. *Já se mete a colher em briga de marido e mulher*, São Paulo em Perspectiva, Revista da Fundação SEADE, São Paulo, 1999. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade*, v. 20, n.2, p.71-99. Porto Alegre, 1995.

SILVA, Janier R. e SOUSA, Luis Carlos. Artigo científico. *Violência doméstica contra a mulher: abordagens de gênero na escola*. Recife, UFPE, 2015.

SOARES, Bárbara M. *A violência doméstica e as pesquisas de vitimização*. Documento apresentado para discussão II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/confest_e_confega/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M705_01.pdf. Acesso em: 19/02/2015.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. Livreto MMM. São Paulo, junho de 2014. Disponível em <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/09/livretoMMM-web.pdf>. Acesso em 24/06/2016

TORNQUIST e FLEISCHER, *Sobre a Marcha Mundial das Mulheres: entrevista com Nalu Faria*. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n1/a16v20n1.pdf>. Acesso em 04/04/2016.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília/DF, Flacso Brasil, 1ª Ed. 2015. Disponível em: [Disponível em www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)